



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1000866-15.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Saúde Mental**
 Requerente: **Carlos Roberto Camargo Maciera**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Carlos Roberto Camargo Maciera ajuizou esta ação de obrigação de fazer cumulada com internação compulsória e pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra Carlos Roberto Maciera, Fazenda Pública do Estado de São Paulo e Fazenda Pública do Município de São Carlos. Aduz, em síntese, que seu filho Carlos tem 46 anos de idade e foi diagnosticado com etilismo crônico em uso compulsivo de álcool, com sequelas neurológicas caracterizadas por quadro demencial incipiente e progressivo (CID 10 F 10.2 e F01.3), tendo sido indicada a internação compulsória, por psiquiatra.

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 21/22.

Contestação da Fazenda Pública do Estado de São Paulo às fls. 37/41, alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir, uma vez que o autor não comprovou recusa ou dificuldades de ordem administrativa em obter o tratamento almejado para o seu filho. No mérito, discorre sobre a política pública de saúde mental, sustentando a adequação dos serviços oferecidos no tratamento dos drogaditos, devendo ser priorizados os serviços externos aos hospitais, com ênfase ao tratamento ambulatorial. Requer a extinção do processo sem julgamento do mérito, ou a improcedência do pedido.

O Município manifestou-se às fls. 42/46, afirmando não ter havido pedido administrativo e que não há oposição da Secretaria Municipal de Saúde quanto à pretensão da parte autora. Informa ter disponibilizado uma vaga ao paciente por entender ser caso de internação, devendo a família entrar em contato com SMS, para providenciar a remoção.

Houve réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 355, I, do Código de Processo Civil de 2015.

O pedido merece acolhimento.

A indicação para a internação compulsória vem confirmada pelos relatório existente nos autos, tendo a ação respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Note-se que a medida foi prescrita por medica psiquiatra da Casa de Saúde de São Carlos, pois, segundo a inicial, o requerido chegou a fazer acompanhamento no CAPS, mas não o manteve e, atualmente, apresenta sintomas psicóticos e agressivos.

Desta forma, é necessário o acolhimento do pedido inicial, com a manutenção da internação do correquerido Carlos Roberto, como forma de preservar seu direito à saúde, bem como a saúde e segurança de seus familiares e daqueles que o cercam.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para determinar a **MANUTENÇÃO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA** do requerido Carlos Roberto, salvo se já tiver recebido alta médica, devendo a parte autora participar de grupos de apoio, para que possa recepciona-lo adequadamente, quando de seu retorno.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de o autor ser assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça firmado entendimento no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora, sendo condenada a Fazenda Pública, entendimento este consolidado através da Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

Por outro lado, não há condenação do Município em honorários advocatícios, pois não resistiu ao pedido.

Os entes públicos requeridos são isentos de custas, na forma da lei.

P I

São Carlos, 12 de março de 2018.